MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVII
Edição: Academia das Ciências de Lisboa
Impressão: Gráfica 99
Data de impressão: 2024
ISSN: 0378-116X
Depósito legal: 61370/92
DOI: https://doi.org/00000

A última Bragança

Maria de Fátima Bonifácio

D. Maria II nasceu para a história em 2 de Maio de 1826, dia em que o pai, D. Pedro IV, 1.º imperador do Brasil, abdicou a favor da filha da coroa portuguesa que acabara de herdar por morte de D. João VI. D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, tinha então sete anos. Era Bragança pelo lado do pai, Habsburgo pelo lado da mãe — a arquiduquesa D. Leopoldina, Bourbon pelo lado da avó paterna — sobrinha neta de Fernando VII de Espanha: pertencia pois à melhor estirpe que a realeza europeia tinha para oferecer ao mundo. Com apenas sete anos, nascida e criada no Brasil, não sabemos como terá reagido à perspectiva de vir a ser rainha de Portugal. Mas em breve ela faria a experiência do que era ser objecto da deferência e veneração devidas às testas coroadas.

A sua vida, a sua existência passaria a desenrolar-se — desde a infância — num pedestal situado muito acima dos restantes mortais, fossem eles súbditos da mais elevada hierarquia aristocrática. Este exorbitante privilégio explicava-se pelo facto especialíssimo que distinguia a sua condição: enquanto herdeira legítima do trono português, nela estava *radicada* a plenitude da realeza. E a realeza conferia o direito de soberania, enquanto delegação divina: o poder do rei vinha de Deus, possuía um carácter sagrado. Esta circunstância fazia do rei uma pessoa única, absolutamente excepcional, transcendente, a quem os súbditos, fosse qual fosse a sua categoria, deviam *pessoalmente* obediência, lealdade e amor — sim, também amor. Como escreveu Chateaubriand (*Mémoires d'outre-tombe*), a antiga monarquia era "uma *religião*".

Era isso, de facto, segundo a velha tradição da cultura *dinástica*, em que D. Maria foi criada e educada, à boa maneira da dinastia de Bragança — inaugurada em 1640 — como de todas as dinastias europeias de Antigo Regime. O rei de Antigo Regime, dito *absoluto*, não exercia o poder em virtude de uma qualquer convenção com os súbditos: nada, mas nada, lhes devia; não tinha com eles nenhum "contrato". Exercia a soberania, legitimamente herdada, por um direito próprio, pessoal, e essa soberania era em princípio ilimitada, ou apenas limitada

pelos mandamentos de Deus e da Santa Madre Igreja e pelas tradições e "leis" não escritas do Reino. Tudo bastantemente vago para deixar ao monarca um imenso espaço de arbítrio pessoal.

As teorias contratuais do poder elaboradas a partir do séc. XVII, culminando no *Contrato Social* de Rousseau, na Revolução Francesa de 1789 e na 1.ª República (jacobina) francesa (1792–94), forneceram o cerne doutrinal da cultura política *republicana*, segundo a qual a legitimidade do poder resultava do consentimento da nação. A partir da Revolução Francesa, em que estas duas culturas — dinástica e republicana — se chocaram, as monarquias restauradas a partir de 1814, depois da derrota e abdicação de Napoleão, reconheceram a necessidade de conciliar o Antigo Regime com as conquistas da Revolução que se tinham imposto como aquisições civilizacionais. As monarquias seriam constitucionais, ou seja, o rei aceitava a limitação da sua soberania pelos direitos da soberania nacional, exarados numa constituição escrita, livremente *outorgada* pelos monarcas. Para que não se confundissem com uma Constituição forjada por parlamentos eleitos, o que importaria numa cedência excessiva aos princípios democráticos e populares, Talleyrand cunhou a sua designação: "Carta Constitucional".

Ao contrário do avô D. João VI, a futura rainha D. Maria II teria de aceitar a nova disciplina "democrática" imposta aos soberanos (legítimos) da sua época. Bragança por temperamento e formação, uma tal limitação nem sempre se coadunou bem com o seu pendor autoritário. Mas o constitucionalismo monárquico, que assentava neste compromisso entre o povo e o rei, nunca conseguiu converter e absorver os *radicais*, herdeiros da tradição republicana e jacobina da Revolução Francesa. E os *radicais*, perenemente envolvidos nas suas conspirações e perenemente apostados na subversão democrática da ordem social e política, nunca se cansaram de combater a Monarquia Constitucional, um regime que os marginalizava e apoucava, ao passo que, segundo entendiam, magnificava o poder régio.

Nesses *radicais* incarnou o que à época se chamava a "hidra revolucionária", que por toda a parte tirava o sono às pessoas amantes da ordem e respeitadoras das hierarquias. Tirou também muitas vezes o sono a D. Maria II, cujo reinado — entre 1834 e 1853 — foi o mais atribulado do séc. XIX, marcado, como nenhum outro, por sedições, motins, pronunciamentos e revoluções. Se alguma coisa distinguiu o reinado de D. Maria, foi a luta contra a Revolução, que acabou por

empurrá-la para os braços de Costa Cabral, um plebeu ambicioso, enérgico e audaz que lhe prometia vencê-la, e mantê-la vencida. Costa Cabral não conseguiu nem uma coisa nem outra, mas conseguiu sem dúvida que D. Maria fosse em vida envolta no mesmo manto de hostilidade que envolveu aquele que diziam seu "valido".

D. Pedro IV, 1.º imperador do Brasil (desde 1822), era um imperador constitucional que se gabava das suas convicções rasgadamente liberais. Assim que, por morte de D. João VI, herdou o trono português, em 1826, abdicou da coroa portuguesa em D. Maria, como já foi dito, outorgou uma *Carta Constitucional* aos portugueses e determinou que a futura rainha casaria com o tio, D. Miguel, quando atingisse a idade nubente. Em 1828 resolveu mandar a filha para a Europa, para a corte do avô materno, o imperador Francisco I da Áustria, a fim de se educar com vistas às funções transcendentes que a aguardavam. Só que enquanto a jovem rainha cruzava o Atlântico, o tio e presumido futuro marido, D. Miguel, "usurpou" o trono português e fez-se confirmar rei absoluto pelos Três Estados do Reino, em 23 de Junho. Sabido este facto em Gibraltar, onde a rainha aportou em Setembro, o marquês de Barbacena, que a acompanhava como tutor, resolveu rumar a Inglaterra, onde D. Maria foi acolhida com as honras reservadas às "testas coroadas".

Tinha 9 anos. Em Falmouth, onde à sua chegada navios e fortalezas dispararam salvas reais, sendo a bandeira portuguesa desfraldada nos topos dos mastros, foi recebida por camaristas de Jorge IV e pela municipalidade local que, tratando-a por Majestade, fez votos para que durante o seu reinado perdurasse a ancestral e benéfica aliança luso-britânica. D. Maria já nesta altura tinha um "aspecto senhoril" que a todos surpreendia, e os seus modos denunciavam uma perfeita consciência da sua condição de rainha, conforme lho confirmavam a cerimónia, a deferência e a veneração dos que disputavam o privilégio de a ver e de lhe falar. Nesta altura — Setembro de 1828 — já se encontrava em Inglaterra milhares de emigrados portugueses, fugidos à tirania de D. Miguel, e que para o bem e para o mal tinham identificado ou comprometido as suas vidas com a "causa" de D. Maria II, que era a causa do liberalismo em Portugal. D. Maria recebeu-os na embaixada portuguesa de Londres, numa cerimónia organizada pelo marquês de Palmela, que foi o primeiro a prestar-lhe juramento de "fidelidade, preito e homenagem", uma fórmula com ressonâncias feudais…

D. Maria passou ano e meio em Inglaterra, numa casa de campo em Lalleham, próximo de Londres, onde o marquês de Barbacena lhe estabeleceu uma pequena corte em que, todavia, a etiqueta era meticulosamente observada. Uma vez por mês honrava com a sua presença a embaixada portuguesa em Londres, onde os representantes diplomáticos estrangeiros iam cumprimentá-la e os emigrados portugueses recebiam o favor de lhe beijar a mão. Jorge IV convidava-a para Windsor, fornecendo-lhe escolta para a viagem, beijando-lhe à chegada a mão e a testa e dizendo-se sumamente honrado por recebê-la, apresentando-a a todos os membros da família real, fidalgos e ministros presentes, mostrando-lhe as três ordens portuguesas que tinha ao peito, dadas por D. João VI, avô dela. D. Maria e Jorge IV instalavam-se num sofá, conversavam, depois as senhoras eram autorizadas a sentar-se, mas todos os homens, incluindo os irmãos do rei, permaneciam de pé.

Durante os banquetes, Jorge IV propunha saúdes à sua "amiga e aliada" — textuais palavras — a quem escrevia cartas em que se assinava — "irmão afeiçoado de Vossa Majestade". Em Lalleham, D. Maria recebia, além de outros próceres da aristocracia, os duques de Gloucester e de Clarence, e a duquesa de Kent, mãe de Vitória, futura rainha de Inglaterra. Visitas que ela retribuía protocolarmente. Barbacena estava radiante e orgulhoso com a sua régia pupila, que desempenhava o seu papel na perfeição, nunca deixando aparecer a sua tenra idade: aos nove anos, comportava-se em tudo como uma rainha adulta.

Barbacena também tentava zelar pela sua educação, arranjando-lhe mestres e professores e organizando-lhe os seus horários de estudo. Era este um ponto em que D. Pedro IV fazia a maior questão. Sintonizado com as ideias de um século que já premiava o mérito, e em que os actos dos soberanos eram escrutinados pela opinião pública, D. Pedro achava que "o nascimento de nada valia perante o mundo livre" — palavras dele — e que era preciso que os reis "merecessem, pelas suas qualidades, virtudes e saber, o respeito dos seus súbditos". D. Pedro — já envolvido na guerra civil entre liberais e absolutistas, em Portugal — recomendava à filha que, quando chamada a reinar, fosse cega a "empenhos e patronatos", apenas atendesse à "justiça" e ao "mérito", e se compenetrasse de que a nobreza não passava de "vil quimera" quando "despida de virtudes e talentos".

É difícil imaginar que efeito produziriam no espírito da pequena rainha estas prelecções democráticas. A ela, pelo contrário, a experiência dizia que o

nascimento valia muito, ou mesmo tudo. A partir de 1831, D. Maria foi viver para Paris, onde passou a frequentar a corte do rei Luís-Filipe, que lhe dispensava todas as honras de rainha, e os palácios da aristocracia titulada, que a acompanhava nas suas idas à ópera, a bailes, recepções, teatros, exposições.

Tal como já acontecera em Londres, os emigrados portugueses em França ansiavam por lhe protestar "amor e lealdade" e pela honra de lhe beijar a mão. Cumulada de atenções e deferências, D. Maria, uma adolescente com 12, 13, 14 anos, não tinha dúvidas sobre a preeminência do seu lugar no mundo nem sobre a sua condição predestinada, independentemente das exigências do século e do juízo que os seus súbditos fizessem dela. As adulações de que era alvo favoreceram a expansão de um génio autoritário agravado pela arrogância irresponsável dos seus verdes anos. Também não era fácil convencê-la a refrear os seus caprichos e a compenetrar-se de que tinha deveres. O seu aproveitamento escolar, que D. Pedro avaliava negativamente pelas cartas que ela lhe escrevia para o Porto, foi sempre aleatório, quando não deficiente.

É bem possível que a falta de uma educação ministrada com disciplina, método e sistema, aliada ao facto de ter crescido num mundo inteiramente artificial, obsequiada e adulada pelos que a cercavam, tenha contribuído, juntamente com o seu temperamento altivo e voluntarioso, para realçar nela, pela vida fora, um lado Bragança evocativo da realeza de Antigo Regime, que não se conformava espontânea e naturalmente com as regras e processos que limitavam a soberania numa Monarquia Constitucional.

Subiria ao trono na adolescência, por morte do pai, em Setembro de 1834, já depois da vitória liberal em Maio desse ano. Tinha 15 anos. Defrontou-se com um país político retalhado em facções cujas lutas, ao contrário de D. Pedro, ela não tinha autoridade para arbitrar; também não podia confiar no exército, cujas divisões espelhavam as dissensões dos civis. Era quase uma criança, mas, segundo um contemporâneo, "viu-se logo que ninguém haveria capaz de inteiramente a dominar. A sua vontade era das que se impunham a todas as vontades." Espantava toda a gente com o seu "ar distinto e verdadeiramente varonil". Mas a determinação e a firmeza de carácter não supriam a básica falta de experiência e discernimento.

Todos procuravam influenciar o seu juízo e captar o seu favor. Cedo descobriu interesses disfarçados de princípios, e percebeu que os homens se moviam quase

sempre por ambição; conheceu-os sob o seu aspecto mais sombrio; habituou-se a duvidar das suas intenções. Concebeu por eles, de um modo geral, um certo desprezo, e elegeu a fidelidade à sua pessoa como a qualidade que mais prezava. Costa Cabral pareceu-lhe o mais fiel dos súbditos. Ao longo dos anos e até ao fim, mesmo quando o ministro do Reino já dera lugar a uma revolta camponesa — a Maria da Fonte —, a um pronunciamento militar — de Torres Novas, e a uma guerra civil — a Patuleia —, prestou-lhe inalteravelmente o seu apoio. Muitos foram os que viram nesse apoio um acto de "favoritismo", e a aversão de que Costa Cabral foi alvo estendeu-se a ela.

Nos primeiros sete anos do reinado de D. Maria — até 1842, quando Costa Cabral chega ao poder como ministro do Reino, a pasta mais importante —, a instabilidade política e governativa foi crónica. Os governos duravam em média seis meses, número que ainda deixa de fora numerosas remodelações. Vivia-se além disso — como de resto até à Regeneração, em 1851 — um clima de permanente sedição, que a intervalos resultava em motins, pronunciamentos e levantamentos militares, revoluções e até numa guerra civil.

Ao contrário do que acontecia em Espanha, por cá ninguém arriscava a vida nestas aventuras, aliás logo absolvidas na sequência de uma oportuna amnistia. Os liberais tinham conquistado o país depois da vitória na guerra civil, em 1834, e não se podiam exterminar uns aos outros: o país era demasiado pequeno, todos eram conhecidos, amigos, camaradas ou parentes. Depois, se nem todos se tinham revoltado, todos tinham ao menos conspirado. Quem se atrevia a atirar a primeira pedra? Nestas circunstâncias, o "véu do esquecimento", como dizia Rodrigo da Fonseca, foi erigido em princípio político. Os revoltosos, militares ou civis, beneficiavam, pois, de uma confortável impunidade que naturalmente convidava à audácia.

Compreensivelmente, D. Maria viveu com a obsessão de "acabar com as revoluções pela raiz"; de por uma vez aplicar uma punição severa, um "rigor justo", como ela dizia, que fizesse ver a quem se revoltava "que não tinha a esperar generosidade nem perdão, mas sim castigo". Foi este o programa reafirmado por Costa Cabral no Parlamento, no Outono de 1844, a seguir a mais um pronunciamento falhado da oposição *radical*. Dados os costumes domésticos, a relativa severidade de Costa Cabral passou à época por "tirania". E D. Maria, que o apoiava e protegia, ganhou uma certa fama de despótica e vingativa.

Mas tudo o que a rainha desejava era afinal que em Portugal reinassem a paz e o sossego que a poupassem à "maldita política", como ela dizia, e lhe permitissem dedicar-se inteiramente à sua vida doméstica, onde, rodeada pelos filhos e pelo marido, ela encontrava uma "felicidade completa" — um pequeno mundo idílico, por assim dizer perfeito, abrigado das convulsões que lá fora, no vasto mundo habitado, tornavam a tranquilidade tão elusiva e a existência tão contingente. "Não há nenhuma felicidade tão durável como esta", escreveu; mais: "afora esta não há nenhuma outra que seja durável"; "é a única real" — garantia ela à rainha Vitória, sua prima, com quem ao longo dos anos foi desenvolvendo uma amizade cada vez mais íntima.

Em Costa Cabral ela encontrou ou julgou encontrar o homem que, governando com pulso firme e subjugando a Revolução, faria do seu trono uma redoma resplandecente a partir da qual ela se limitaria a reinar sem precisar de descer ao baixo mundo da política. A política, aos seus olhos, resumia-se a intrigas e invejas — "miseráveis questões", dizia. Depois de Costa Cabral ter subido a ministro do Reino em 1842, na sequência de um pronunciamento militar vitorioso de que ele fora o cérebro, D. Maria, logo em 1843, nomeou o ministro conselheiro de Estado efectivo, um cargo vitalício rendoso e de grande prestígio; em 1844, elevou-o a par do reino; e em 1845 honrou-o com uma estadia da família real no palácio que o ambicioso plebeu adquirira em Tomar. Ali mesmo criou-o conde do mesmo nome — conde de Tomar. Isto quando a aversão contra o "valido" já era generalizada: a parcialidade da rainha ficou para sempre estabelecida.

O sucesso político e a meteórica ascensão social e económica do "valido" suscitaram despeito de cima abaixo na escala social. O seu súbito enriquecimento causou escândalo e repulsa, e invejas inconfessáveis. Nesta altura — meado dos anos quarenta — já se dizia e escrevia nos jornais que o ministro do Reino era "ladrão". Ninguém perdoava ao plebeu que chegara a Lisboa pobre e vivera modestamente até 1842, que habitasse agora um sumptuoso palácio à Estrela, possuísse um palácio em Tomar e uma quinta na Mealhada. Dava festas espaventosas que chegavam aos 2000 convidados; a mulher vestia-se na mais cara modista de Lisboa, a famosa Levaillant, que também vestia a rainha.

O palácio de Tomar foi descrito na imprensa — com considerável exagero — como uma mansão mais faustosa do que as dos reis. Os mármores, as tapeçarias,

as mobílias, os quadros, os espelhos, as baixelas — de ouro, dizia-se — tudo custara fortunas fabulosas cuja origem só podia estar nas "delapidações criminosas" do ministro, e que a rainha, contudo, sancionava estanciando em sua casa. Os epítetos de "prevaricador", "concussionário", "corrupto" e "ladrão" colaram-se à pessoa do conde de Tomar como a pele se cola ao corpo. O espectáculo do plebeu alcandorado os píncaros do poder e da glória esporeava a verrina dos seus inimigos. Muito se começou então a escrever contra D. Maria, e não faltaram insinuações que salpicaram a sua honra de "mulher" e "esposa". Num célebre panfleto publicado em 1846, o paço era descrito como uma "espelunca de Caco"; e dos vestidos da rainha dizia-se que varriam "a imundície dos palácios dos cortesãos mais abjectos".

Não é fácil avaliar até que ponto D. Maria tinha conhecimento ou consciência da sua impopularidade nos meios políticos *radicais* e mesmo em sectores da opinião moderada agastados com a sua predilecção indefectível pelo conde de Tomar. Mas em Outubro de 1846, depois da revolta camponesa da Maria da Fonte, que em Maio derrubara finalmente o ministro, a própria rainha, tendo em Outubro patrocinado um golpe de estado palaciano pensado para restaurar o cabralismo, explicou a Vitória, em tom plácido, que fora essa a única maneira de evitar que ela fosse convidada a abdicar. Sabia, portanto, o grau de estima — ou pouca estima — em que era tida.

Vitória, reinando num país com impecáveis pergaminhos constitucionais, horrorizada com os bárbaros costumes lusitanos, desaprovava a deriva golpista da prima de Lisboa. D. Maria voltou-lhe a explicar: depois da queda do conde de Tomar, "a direcção que as coisas tinham tomado nos últimos tempos era aterradora e o trono estava em perigo; penso então que, se temos de sucumbir, é melhor fazê-lo com honra do que deixarmo-nos ir como bois conduzidos ao matadouro." Não estava arrependida e não teria hesitado, caso tivesse sido necessário, em — palavras dela — "montar a cavalo e ir aos quartéis fazer obedecer a tropa".

E assim, num país onde "nunca se podia estar sossegado", como ela lamentava, D. Maria via-se frequentemente privada daquele lazer que lhe permitiria o gozo tranquilo das suas delícias domésticas. Depois de ter enviuvado ao fim de dois meses de um primeiro casamento que não chegou a consumar-se, casara em segundas núpcias, em 1836, com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, filho do

duque Fernando Jorge de Saxe-Coburgo, irmão do duque reinante de Saxe-Coburgo e do rei Leopoldo da Bélgica. D. Fernando era, portanto, sobrinho do rei da Bélgica e também da irmã deste, a duquesa de Kent, mulher de Eduardo IV de Inglaterra e mãe da princesa Vitória, que seria rainha a partir de 1837. Esta, por seu turno, casaria com um primo direito de D. Fernando, o príncipe Alberto. Pelo casamento de D. Maria, ficaram todos primos uns dos outros. D. Fernando de Saxe-Coburgo, com 19 anos de idade, católico, educado, culto, amante das artes, possuidor de um impecável *pedigree* aristocrático, era ainda por cima um belo homem, que Bulhão Pato descreveu assim: "Busto soberbo, encantadora cabeça, cheia de luz e de ar distinto; feições pronunciadas, correctas e expressivas". Ela — continua Bulhão Pato, "sem ser bela, era uma graciosa figurinha de princesa de raça. Estatura elegante, cabeça altiva, tez branca e fina, de uma macieza de cetim. Olhos castanhos-claros e de muita luz; o beiço inferior carnudo, um pouco belfo, como o dos Braganças. Gracioso o corte da boca, mas firme como o seu carácter."

Com o passar dos anos, esta descrição teria de ser corrigida: D. Maria foi engordando até se tornar obesa, e nos últimos anos cansava-se muito e queixava-se do coração; também era descuidada com a *toilette*, e, segundo constava na Família, tinha medo da água. Sintomaticamente, todos os que privaram com ela nunca lhe notaram nenhum pendor rancoroso ou cruel, e sublinharam, pelo contrário, a sua natureza franca, afectuosa e generosa, embora não sentimental.

Quando casaram, D. Maria tinha 17 anos, D. Fernando 19. Eram muito jovens e não se conheciam. Mas uma ligação inicialmente tímida e reservada, como não podia deixar de ser, depressa se tornou, nas palavras de D. Fernando, "cada dia mais sincera e íntima", acabando os dois por se tornarem "indispensáveis um ao outro". Juntos, recordaria D. Fernando, tiveram uma vida "encantadora, tranquila e de confiança mútua". D. Maria não era especialmente bonita nem se preocupava muito com a sua aparência. Mas tinha, apesar de "um génio que não era macio", "um coração bondoso e franco"; dizia-se que herdara do avô, D. João VI, "a lhaneza cativante e a bondade".

D. Fernando deixou-se prender por uma mulher que antes de ser rainha era uma esposa obediente e dedicada e vivia a adivinhar-lhe os gostos e os desejos. Ele recebera uma educação esmerada e tinha sensibilidade de artista. Cultivava o desenho e a música. Possuía "voz de barítono extensa e agradável" e adorava

cantar. Coleccionava arte, de que D. Maria, que não tivera mais do que uma educação sumária, nada sabia até casar. Mas — recordaria D. Fernando — "para me ser agradável, conseguia chegar a apreciar os objectos de arte e a amá-los. Com que alegria me trazia uma gravura de um bom mestre, alguma água-forte antiga ou qualquer belo trabalho em prata ou em cobre." Depois da morte, em 15 de Novembro de 1853, D. Fernando evocaria com saudade pungente "aquela que foi a felicidade da minha vida". "Só em mim pensava essa mulher generosa, mostrando-me a sua viva afeição até nas mais pequenas coisas. Nunca houve esposa como ela."

D. Maria tinha a respeito da vida umas poucas ideias, simples, mas arreigadas. Uma delas era que a mulher devia amar o marido, obedecer-lhe e fazê-lo feliz. "É verdade que em geral eu lhe obedeço em tudo", escreveu a Vitória, explicando em seguida: "Rainha ou não, nesta posição de mulher casada é sempre a mesma coisa." A Bragança desaparecia por trás da esposa. O marido e os filhos eram o centro da sua vida e sem dúvida bastariam para lhe preencher a existência. Só a "maldita política" perturbava o doce fluir de uma vida que seria perfeita se pudesse consagrá-la unicamente aos filhos e ao seu adorado Fernando. Desejaria que o país fosse uma rotina, uma sucessão certa de dias iguais e serenos. Que tudo corresse "muito tranquilamente, eis tudo o que se pode desejar", escrevia a Vitória. Afligia-a que Portugal estivesse "completamente desorganizado", como ela chamava ao deplorável atraso do país, porque via nisso a fonte dos contínuos distúrbios políticos que a arreliavam e desviavam dos seus interesses e prazeres. Durante o cabralismo (1842–46), achou que era uma boa ideia fazer estradas, mas é duvidoso que tivesse uma noção precisa sobre a sua exacta utilidade. Também se preocupava com as chuvas demasiado prolongadas, porque as inundações arruinavam os lavradores. Não se lhe conhece mais nenhuma visão política.

Entre 1837 e 1853 teve onze filhos, dos quais oito sobreviveram. Todos foram desejados. A sua "trupe", como ela dizia, era o remate indispensável e a consequência necessária da sua felicidade doméstica. Em primeiro lugar, era um destino natural: "acho que quando nos casamos é para ter filhos", afirmava ela a Vitória, cuja falta de vocação maternal chocava D. Maria. Ter filhos, insistia, "é na verdade a maior felicidade que possa acontecer a uma jovem mulher". Depois, e não menos importante, seria incompreensível não desejar tê-los "quando se ama o nosso

marido", continuava ela a explicar a Vitória que, embora amasse igualmente o seu Alberto, achava a procriação um terrível incómodo e as criancinhas uma grande maçada. D. Maria mal podia compreender esta falha na constituição feminina da prima de Londres. E repisava: "acho uma felicidade inexplicável ter muitos filhos que nos rodeiem".

Todo o tempo dedicado à "maldita política" era tempo roubado ao núcleo da sua vida. Nos intervalos entre as revoluções e os pronunciamentos — que nem o cabralismo conseguia evitar — as mudanças de ministério eram outro "aborrecimento" que vinha perturbar o doce fluir de uma vida que seria perfeita se pudesse dedicá-la unicamente ao seu adorado Fernando e à sua "trupe". O Verão era passado no campo. Para os filhos, Mafra, com os seus corredores intermináveis, era sempre uma aventura; era lá que os infantes se iniciavam na caça e criavam cavalos. Para ela, a "querida Sintra", rodeada de uma paisagem exuberante, constituía o refúgio perfeito onde podia esquecer Lisboa e abandoná-la aos seus políticos. Em 1840 ficou concluída a estrada para a Pena e começaram os trabalhos no parque e nos jardins, cujas flores, árvores e plantas foram crescendo nos anos seguintes sob o olhar encantado de D. Maria.

Era este mundo familiar que sobretudo a interessava e eram os seus afectos domésticos que a moviam. Os filhos cresciam submetidos a uma educação exigente. Era uma mãe desvelada, mas tratava-os com um certo rigor. Não eram tolerados caprichos nem faltas de educação para com o pessoal. Nem desculpas para não estudar. D. Maria e D. Fernando vigiavam quotidianamente o aproveitamento escolar dos infantes, e uma vez por ano organizava-se uma espécie de exame final perante o rei, a rainha e algumas individualidades do paço, para poderem comprovar os seus progressos. No final, depois de um jantar que os reis honravam com a sua presença e de um passeio pelo jardim, D. Fernando soltava a sua voz de barítono, acompanhado ao piano por Manuel Inocêncio, o mestre de Música dos infantes.

Em meados de 1849, quando já estavam para trás a revolta nacional da Maria da Fonte, na Primavera de 1846, e a guerra civil da Patuleia, em 1846–47, dois episódios violentos da resistência contra o cabralismo, D. Maria resolveu demitir o duque de Saldanha da Presidência do Conselho e substituí-lo pelo conde de Tomar (Junho de 1849). Tomar regressou fora do seu tempo, pois a derrota das revoluções europeias de 1848 tinha tornado o seu ardor anti-revolucionário desnecessário; e

os partidos, como escreveu Oliveira Martins, estavam cansados e "já só pediam paz". O regresso de Tomar foi interpretado como um ultraje à nação, e nos meios da esquerda cimentou a convicção de que D. Maria era "incorrigível"; mesmo nos meios moderados o acto foi acerbamente criticado e julgado sumamente impolítico.

O impolítico regresso do conde espicaçou a discórdia e inflamou os jornais, que publicavam diariamente a crónica interminável das "delapidações", das "prevaricações", das "ladroagens", das "concussões", das "violências", das "ilegalidades", das "imoralidades" perpetradas pelo presidente do conselho, a quem não hesitavam em chamar "o mais infame e desavergonhado de todos os ladrões". Na Câmara dos Pares, o seu passado político foi mais uma vez revolvido, e a sua fortuna, "repentina", e, portanto, "suspeitosa", foi minuciosamente escrutinada. O exército, que, depois do partido cabralista e da rainha, fora outrora um dos esteios do seu poder, vacilava.

O conde de Tomar acedeu a sentar-se na cadeira da Presidência do Conselho de Ministros a instâncias de D. Maria, descontente e desconfiada do duque de Saldanha, que fora obrigada a nomear para o cargo no desfecho da Patuleia, arbitrado pela Inglaterra. Entre Junho de 1847 e Junho de 1849, a política portuguesa atravessou um dos seus períodos mais pantanosos. Do ponto de vista de D. Maria, sobretudo, terá sido um período em que as vacilações de Saldanha, sempre sequioso de popularidade, abriam espaço a um regresso da esquerda *radical* à vida política. Impunha-se, pensaria a rainha, sanear o pântano, demarcar fronteiras, e manter a revolução vencida. Não via mais ninguém talhado para uma tal tarefa do que o conde de Tomar.

Tomar acedeu, como foi dito. Mas já nada era como dantes: o outrora "partido cabralista" desagregara-se, esventrado pela vingativa cisão de seu irmão, José da Silva Cabral, raivoso por não ser chamado para o governo, a fim de cultivar a sua própria clientela e tornar-se, a prazo, o dono da situação. E muitos dos que não aderiram à facção de Silva Cabral, nem por isso regressaram ao seio do "cabralismo", preferindo uma cautelosa sabática da política. A direcção dos ventos não era perceptível, o que desaconselhava compromissos. Antigos adeptos, por essa província fora, já não queriam ser vistos como "cabralistas". Em suma: o "cabralismo" de Costa Cabral morrera, e o agora conde de Tomar não conseguia ressuscitar algo que pertencia já irremediavelmente ao passado, a um mundo que tinha expirado.

Não era esta a visão das coisas de D. Maria. Ela própria podia ser intrépida, e apreciava a intrepidez de Costa Cabral, algo que não encontrava no seu adorado marido. Voltou-se para o plebeu, julgando-o capaz de meter tudo e todos na ordem, sob a sua batuta implacável. Enganou-se, mas nunca reconheceu o engano. No Verão de 1850, pouco mais de um ano após a sua investidura, o conde de Tomar sentiu-se adoentado, necessitado de termas. Saiu de Lisboa para as Caldas, deixando atrás de si um governo paralisado, entregue ao ministro da Justiça, que D. Maria logo o achou meio bronco e tão "imbecil" (*sic*) como os restantes ministros. Em Agosto, escreveu a Costa Cabral que só ele possuía a "perspicácia e sagacidade necessárias ao governo do Estado e do País". Noutra carta do mesmo mês, implorou-lhe: "Peço-lhe por tudo quanto há que abrevie a sua estada em Tomar"; e acrescentava misteriosamente: "Conde, lembre-se tanto de Lisboa como eu me lembro *das lindas* faldas." (Sub. no original) Seriam as faldas da região de Tomar que ela avistara em 1845?

Sem o conde por perto, D. Maria sentia-se insegura, desconfiada e um tanto perdida. O homem fazia-lhe falta, não apenas para lhe entregar descansadamente a nau da governação, mas até para os mais singelos divertimentos. Tinha saudades. "Muitas saudades tenho tido de V. e dos nossos jogos". Com ele, até os jogos eram mais divertidos. Só pedia a Deus que o conde se pusesse "bom de tudo" e regressasse em breve, "porque bem necessário me é". Necessitava do amigo e necessitava do governante. "Vejo os seus colegas atacados todos sem excepção da *moléstia das lebres* e todos são tão imbecis que fazem raiva". Só em Tomar, no seu tino e no seu conselho, ela confiava plenamente. E tornava a implorar: "Lembre-se de mim e venha cedo e de boa saúde, que é o meu maior desejo." D. Fernando era o seu amado marido e o pai da sua prole, mas era "artista", cantor lírico, coleccionador de arte, e, na ausência do conde de Tomar, não lhe preenchia a solidão política. Ou talvez também a solidão pessoal?!

Em 1851, o duque de Saldanha, pessoalmente agravado pela rainha e seu "valido", demoveu o exército a agir. Encabeçou um pronunciamento militar que derrubaria de uma vez por todas o conde de Tomar e inauguraria uma nova idade política em Portugal, de uma relativa paz e concórdia, em que os partidos se converteram à luta política por meios legais e não violentos. O exército não mais voltou a arbitrar as dissensões entre os civis. Foi o começo da chamada "Regeneração", respaldada pelo poder militar de Saldanha e pelo tacto, pela argúcia e pela paciência de Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Mas enquanto a situação não estabilizou, viveram-se semanas de grande ansiedade e incerteza, e o país correu o risco de uma nova guerra civil. Lisboa registou tumultos e esteve à beira de se revolucionar. D. Maria, como sempre, era adepta da resistência. No meio da crise declarou ao embaixador britânico: "Não curvo a cabeça, só na última extremidade, porque não quero abdicar." O embaixador perguntou-lhe se ela não tinha medo, ao que respondeu: "Eu nunca tenho medo, nem mesmo sei o que é isso de ter medo." Era verdade. Nas muitas horas de perigo que já vivera no seu atribulado reinado, a rainha conservava sempre o sangue-frio, mesmo quando em torno dela, tomados de pânico, os "seus servidores já tremiam". D. Maria, regista o marquês de Fronteira as suas *Memórias*, "era um temperamento talvez em demasia autoritário, mas viril, altivo e nobre como poucos."

Agora, em Abril-Maio de 1851, quando os jornais pediam diariamente a sua abdicação, não tinha à sua volta generais dispostos a resistir, e o marido, comandante em chefe do exército por inerência, foi dos primeiros a advogar a rendição. Perdoou-lhe, porque perdoava tudo ao seu adorado Fernando, mas nunca, até morrer, perdoou a Saldanha, que sempre pressentiu o desfavor em que era tido pela soberana e que ele interpretava como ingratidão. Mas fora ela quem nomeara o conde de Tomar presidente do governo; fora, por conseguinte, contra ela que Saldanha desembainhara a espada, violentando a sua real vontade. Não há perdão para um súbdito rebelde. O conde de Tomar teve de partir para o exílio. D. Maria escreveu-lhe em segredo que "sofria muito como rainha e como mulher"; que tinha "saudades verdadeiras"; que "estava só, rodeada de inimigos"; mas que ainda tocaria "a hora para a vingança". Dada a sua experiência passada, não acreditava nem compreendia a "Regeneração".

Em 1853, D. Maria estava grávida pela décima primeira vez. O grande acontecimento era aguardado para Novembro, e inspirava nos que a rodeavam grande apreensão. Os dois filhos anteriores tinham morrido à nascença, respectivamente, em 1849 e 1851. A rainha, já de si obesa, tinha ganho um volume assustador. Viveu a gravidez com a despreocupação nela proverbial, mas à sua volta, salvo o marido, todos notavam que cometia muitas "imprudências". No dia 13 de Novembro à noite, 24 horas antes de começar o trabalho de parto, o casal real foi ao teatro, que sempre fora uma das distrações favoritas de D. Maria. Segundo testemunhos da época, Sua Majestade estava "alegre e contente". Na noite de 14

para 15 de Novembro, a rainha começou a sentir os "incómodos do parto". A duquesa de Ficalho, chegada ao paço pelas três da manhã, notou-a "incomodada e mesmo fora do costume". Seguiram-se horas de um sofrimento atroz, tendo sido preciso sujeitar a rainha a uma "horrível operação" para extrair um infante, que nasceu já morto, e que "tinha justamente o dobro das crianças normais, tanto em largura como em comprimento".

Durante toda a operação, que D. Fernando recordaria "com horror", foi "heróica", não deu "um ai". Depois de tudo acabado, já "fria como mármore" e com "as unhas roxas", pediu para dormir. Adormeceu e morreu dali a pouco, cerca das onze horas e meia da manhã do dia 15 de Novembro de 1853. "Momento para sempre inapagável para mim", escreveu D. Fernando no mesmo dia: "Compreendi então o desespero e a loucura, e eu teria querido poder morrer com aquela que foi a felicidade da minha vida pela intimidade tão doce, tão simples e tão santa que nós tínhamos formado".

Em Lisboa, a notícia da morte da rainha D. Maria II foi dada através de salvas de artilharia "repetidas a curtos intervalos". "A notícia caiu como um raio e alvorotou a cidade", pois apenas dois dias antes a rainha fora vista no teatro e parecera de boa saúde. Fecharam-se as lojas e "apareceu rapidamente o mais rigoroso luto". Os "antigos ódios políticos", escreveu Bulhão Pato, dissiparam-se como por encanto; todos "se comoveram com a sua morte imprevista e desastrada".

Era verdade. No jornal *A Revolução de Setembro*, o redactor Rodrigues Sampaio, que no passado repetidamente apelara à abdicação de D. Maria, dirigiu-se "aos liberais", "às mães", e "aos vencidos" — por esta ordem. Exortou os liberais a que "chorassem" "aquela que foi a nossa bandeira, a nossa consolação no infortúnio, e que só teve um trono quando nós tivemos uma pátria". Exortou as mães a que "pranteassem" "a que era o vosso modelo, a que vos ensinava a educar os vossos filhos, a que vos dava o exemplo da decência e da moralidade". Finalmente, exortou os vencidos a que "lamentassem" aquela que "esteve sempre pronta para a clemência, e que no meio das discórdias civis, nunca soube senão perdoar". Este último ponto não era inteiramente exacto, mas alguma coisa devia ter tido esta Bragança para se impor à admiração até mesmo dos que outrora tinham sido seus adversários figadais.

Sobre a "mãe" e a "esposa" escreveu José Estêvão, outro adversário do passado anterior à Regeneração: "Onde a rainha reinou e governou foi no centro da

sua família. Ali, respeitando e amando o seu marido, assumiu ela todos os poderes e fez deles o mais edificante uso. Ali se estampou a sua índole. Perfeita mãe, seria uma rainha sem igual se os estados se pudessem governar como as casas, os ministros como servos e os súbditos como filhos."

A última Bragança morreu com 34 anos. Sucedeu-lhe D. Pedro V de Saxe-Coburgo Gotha, como a dinastia passou a ser conhecida no estrangeiro.[1]

(Comunicação apresentada à classe de letras
na sessão de 12 de novembro de 2019)

[1] Toda a evidência empírica e todas as citações estão devidamente referenciadas no meu livro *D. Maria II*, Lisboa, Ed. Temas & Debates, 2007.

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.